

OS MOVIMENTOS DE MULHERES E A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL E NA ARGENTINA¹

JOSIRENE CANDIDO LONDERO

1 INTRODUÇÃO

Desde o ano de 1945, a história vem registrando a mobilização em prol dos direitos da mulher. Tanto é assim, que na I Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), realizada em São Francisco (EUA), o Conselho Econômico e Social estabeleceu uma subcomissão para tratar da Condição da Mulher e, em 1946, votou a criação de uma Comissão Exclusiva sobre a Condição da Mulher. Em 1948, o artigo 2º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamou que "todos os seres humanos têm direitos e liberdades iguais perante a lei, sem distinção de nenhum tipo, seja raça, cor, sexo...". Em continuidade, a Assembleia Geral da ONU reconheceu, em 1954, que as mulheres são "sujeitos de antigas leis, costumes e práticas" que estariam em contradição com a Declaração e convocou os governos a aboli-las². Assinalou, ainda, "a contínua discriminação contra a mulher e convocou os países-membros a elaborarem um documento inicial para uma Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher"³.

A partir daí, iniciou-se um processo de organização e de

¹ Fragmento da Tese de Doutorado da autora, apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

² SEM AUTOR. Marcos da trajetória de luta da Mulher. Disponível em:

<<http://www.redemulher.org.br/espanhol/mundo.html>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

³ Idem, p. 1.

preparação de inúmeras conferências com a criação de comissões voltadas ao atendimento das determinações referidas. No início da década de 1980, traçou-se o objetivo de obter plena participação das mulheres na vida social, econômica e política, com a Conferência da Metade da Década da Mulher e Fóruns de organizações não governamentais em Copenhague, na Dinamarca. Essa Conferência convocou os governos, mais uma vez, à promoção da igualdade entre homens e mulheres quanto ao acesso à educação, à formação profissional e também ao emprego com igualdade de condições, salários e assistência social, de forma que, em 1981, entrou em vigor a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Tamanha foi a importância desses movimentos para a agenda de políticas para a mulher que, em 1984, foi realizado um estudo mundial da ONU relativo ao papel da mulher no desenvolvimento. Esse documento pioneiro reconheceu, oficialmente, a importância da mulher em todas as temáticas do desenvolvimento e foi colocado em execução de 1990 até 1995. Em março de 1995, realizou-se a Conferência de Cúpula Sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, Dinamarca, que tinha como objetivo principal estabelecer

um programa conjunto entre os governos para diminuir e eliminar a pobreza, expandir o emprego produtivo, reduzir o subemprego e aumentar a integração social. Em setembro, realizam-se em *Beijing*, China, a Conferência Mundial da Mulher e o fórum das organizações não-governamentais. Discute-se o desenvolvimento de uma economia alternativa à de mercado, que seja igualitária para homens e mulheres. Decide-se atenção para a crescente pobreza entre as mulheres, buscando a redistribuição de custos e rendimentos de forma igualitária, bem como o acesso igual à tomada de decisões⁴.

Essas ações mobilizaram mulheres de todo o mundo, inclusive as mulheres brasileiras e argentinas e, em seus países, os

⁴ SEM AUTOR. Marcos da trajetória de luta da Mulher. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/espanhol/mundo.html>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

movimentos de mulheres evidenciaram características semelhantes, perseguindo ideais no sentido da criação de políticas de gênero. Ambos os países buscaram, de formas quase idênticas, a efetivação de mobilizações sensibilizadoras, capazes de introdução na agenda de políticas públicas, de políticas de apoio e proteção às mulheres. Grande passo para o fortalecimento destas ações⁵ foi a Conferência Regional sobre a Mulher, que aconteceu em Havana/Cuba, no ano de 1977. Foi originada a partir da décima primeira “Reunião Extraordinária do Comitê Plenário da Comissão Econômica para a América Latina”.

O que aconteceu durante essa reunião foi importante para a causa da mulher, já que foi elaborado e aprovado o Plano de Ação Regional sobre a Integração da Mulher no desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe. Além disso, foi criado um fórum governamental permanente para ocupar-se dessa temática e atender aos países da região. As mobilizações no Brasil conduziram à criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM)⁶ e a agenda das políticas feministas argentinas foi marcada pelo governo de Perón, caracterizado pela modernização e riqueza para a Argentina. Configurou-se, também, a histórica experiência do movimento de mulheres naquele país. Tanto que o *Consejo Nacional de la Mujer* (Argentina) representou para o movimento feminista como o seu correlato no Brasil, a força nas mobilizações por melhores condições de vida e de trabalho das mulheres⁷.

É importante considerar o contexto configurado como palco no qual as mulheres brasileiras evidenciaram suas aspirações de libertação, pela atuação no pioneiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM):

O CNDM surge sob o influxo das aspirações por obter a representação das mulheres na democracia, no âmbito de processos de transição da ditadura, ao contrário de outros organismos que,

⁵ É bom recordar que na época referida, tanto Brasil como Argentina amargavam as fases mais difíceis e brutais de suas ditaduras.

⁶ MONTAÑO, Sônia; Pitanguy, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003.

⁷ FRANGANILLO, Virginia. Entrevista sobre o *Consejo Nacional de la Mujer*. 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR.

mais adiante, surgiriam ao influxo da reforma do Estado e a busca de governabilidade⁸.

Movimentos em prol da criação de conselhos como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Brasil, e o *Consejo Nacional de la Mujer*, na Argentina, representaram, na opinião de autoras como Jacqueline Pitanguy e Sônia Montañó, modelos capazes de construir institucionalmente uma experiência organizada, permitindo que as mulheres figurassem no mais alto grau governamental⁹, conforme será enfocado mais adiante.

Portanto, pode-se afirmar que Brasil e Argentina seguiram os apelos no sentido de esforços nas tentativas de alcance das metas sugeridas pelos organismos supranacionais, como por exemplo, a Plataforma de Ação de Pequim, que informou que "*os mecanismos nacionais para o avanço da mulher são os organismos centrais de coordenação de políticas dos governos*"¹⁰, informando, ainda, em seu artigo 202, que

ao abordar a questão dos mecanismos para a promoção do avanço da mulher, *os governos e outros agentes devem fomentar a formulação de políticas ativas e visíveis para a incorporação de uma perspectiva de gênero em todas as políticas e programas* de modo que, antes de que se adotem as decisões, se realize uma análise de seus possíveis efeitos para um e outro sexo.¹¹ (grifo da autora).

Para muitos historiadores e sociólogos, a importância do Estado na economia e na seara social, bem como na vida dos cidadãos, vem sendo demonstrada desde a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Embora em intensidades diferentes, o Estado vem se mantendo em situação de comando, de gestão e de vigilância. A História evidenciou que em diversos países, a ingerência estatal

⁸ MONTAÑO, Sônia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003, p. 9.

⁹ MONTAÑO, et.all. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003, p. 10.

¹⁰ Obra Citada, 2003, p. 10.

¹¹ Ênfase da autora: LONDERO, 2012.

sofreu considerável aumento¹², já que o Estado se preocupava em ofertar o denominado bem-estar social, por meio de políticas de igualdade econômica. Também pela proposta de desenvolvimento econômico para o crescimento nacional, com o advento de novos valores nas sociedades.

A partir disso, países como Brasil e Argentina introduziram em seus governos políticas de obediência aos comandos internacionais para a efetivação de conexões entre a ação coletiva e gênero, associando-os, muitas vezes, ao movimento de mulheres. Nesse movimento, aliás, reside extrema importância, já que funciona como forma de libertação da mulher (tanto em sua vida no lar como em outras instâncias, tais como a laboral, a política, a social, etc.) e funcionam como vetores do desenvolvimento, uma vez que permitem a participação da mulher nos processos de mudanças e transformação do mundo. Por isso, cabe um olhar mais acurado sobre o movimento de libertação da mulher.

2 O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA MULHER COMO FORMA DE MUDANÇA DE VIDA E TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO

Transformar o mundo e mudar a vida. Estas duas palavras de ordem iluminaram a consciência feminina no sentido do que se chamou de libertação da mulher. Houve, desde essa conscientização, a formação de um processo no qual homens e mulheres despertaram para a realidade sócio-cultural de suas vidas, libertaram-se de suas alienações e constrangimentos e criaram, sim, um novo devir histórico. Esse contexto evidencia dois elementos: a tomada de consciência e a ação para a transformação da realidade.

Porém, apesar dos inúmeros esforços para o alcance desta realidade transformadora, o mundo percebeu que mesmo a qualidade nas investidas, bem como o dispêndio de energia e a esperança por melhores condições (especialmente laborais) pareciam restar enganadoras, já que o êxito deixava a desejar. “A esperança e a luta pela transformação se traduzem, frequentemente, por um ativismo

¹² INGLEHARDT, Ronald. *Modernización y Pós-modernización: El cambio cultural, econômico y político en 43 sociedades*. Madrid: CIS – Siglo XXI, 1998.

cego, um voluntarismo teimoso ou um frio intelectualismo.”¹³ São riscos que correm os empenhados no processo de transformação social, o que configura um processo necessário historicamente para o desenvolvimento de uma luta que, aparentemente, obedece apenas à via feminina, mas que, em verdade, vem sendo abraçada, também, por muitos grupos masculinos, inclusive políticos. Essa convergência de esforços conduziria à unidade neste processo.

Apesar disso, no sentido da libertação, o movimento feminino atrai forte crítica e vem sendo taxado de radical, o que pode ser o motivo dos abalos verificados entre outros grupos de homens em relação às mulheres. Nesse sentido, pode-se também afirmar que

O movimento de libertação das mulheres representa um grito de aviso contra os projetos revolucionários que encaram as relações sociais como coisa abstrata que determina mecanicamente as relações humanas. Na realidade, a revolta das mulheres repõe no centro do debate revolucionário a necessidade de pôr radicalmente em questão as relações entre pessoas, matéria-prima das relações sociais¹⁴.

Essas colocações permitem descobrir, por detrás do cenário que se apresenta, alguns argumentos, tais como: um, que se refere ao destino biológico das mulheres, não por elas escolhido, mas a elas atribuído por algo que não lhes compete indagar, nem atribuir revolta, mas sim, resignar-se e/ou, posteriormente, revoltar-se. Denota-se daí “uma relação direta de causalidade entre os caracteres biológicos femininos e o papel subalterno desempenhado pelas mulheres na vida social¹⁵”.

De outro lado, há quem não considere menor o papel desempenhado pela mulher no mercado de trabalho (no lar e também socialmente), porém, diferenciam as tarefas, “sendo essa especificidade reforçada por uma espécie de nobreza com que se enfeitam as mulheres e que resgataria a sua dependência e sua fraqueza”. Também os argumentos que constatarem a evidência da

¹³ OLIVEIRA, Rosiska de e CALAME, M. A libertação da mulher. In: *Cadernos livres*, n.9. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 5/6.

¹⁴ OLIVEIRA e CALAME. *Obra Citada*, 1976, p. 5/6.

¹⁵ *Idem*.

exploração da mulher e que reconhecem o fundamento das suas reivindicações, “mas na prática, remetem-nas para segundo plano”, já que afirmam que a solução para esta opressão específica só acontecerá quando a sociedade de classes for destruída (ou enfraquecida).¹⁶

Desse modo, sustenta-se que não há solução imediata para a causa da mulher e que a constituição de movimentos de libertação da mulher, nesse contexto, “só serviria para dividir as forças de todos aqueles que lutam pela transformação social, desviando as mulheres do verdadeiro inimigo comum – o sistema capitalista”. Isto porque as mulheres burguesas seriam insensíveis, e para elas o movimento representaria um divertimento, atitude característica de países ricos, nos quais as mulheres não estariam preocupadas com a opressão da classe e sim, unicamente preocupadas com os seus problemas existenciais ou individuais.¹⁷

Apesar das críticas, é de se reconhecer que o movimento de mulheres em prol de melhores condições de vida e de trabalho, ganha força e atrai mulheres que nunca haviam tido participação ou interesse político. Desta forma, as mulheres que aderiram ao movimento feminista, nos anos 1970 especificamente, pertenciam à classe média. As mulheres operárias tiveram pouca ou nenhuma participação nessa época, porém, tiveram maior expressividade nas décadas que se seguiram.

A mulher operária, trabalhadora no chamado chão de fábrica sofreu estigmas por parte da classe dominante formada por homens, estando no mais das vezes, sujeita “a uma afirmação de sua feminilidade e respeitabilidade através da aproximação/apropriação do gosto e estilo associados com a mulher da classe média”. Esse fato refletiu padrões de gênero da classe média da época que minou a identidade política da classe operária feminina, a tal ponto que a mulher operária precisou transferir para o trabalho os aspectos de sua identidade¹⁸. Note-se que a história do trabalho feminino revela a

¹⁶ OLIVEIRA, Rosiska de e CALAME, M. A libertação da mulher. In: *Cadernos livres*, n.9. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 13/14.

¹⁷ OLIVEIRA, e CALAME. *Obra Citada*, 1976, p. 14.

¹⁸ WEINSTEIN, Bárbara. *Elas nem parecem operárias – feminilidade e classe na América Latina no século XX*. (Tradução de Regina Célia Lima Xavier,

participação das “mulheres da classe trabalhadora no contexto dos protestos operários”, não atribuindo a elas o ativismo verificado dentre a classe média, em razão de as operárias entenderem a militância como atos com características masculinas.

A mulher operária se tornou uma figura grosseira e desgraçada que trabalhava apenas por necessidade. Ao trabalhar com baixos salários em cargos menos qualificados, ela minava o poder financeiro masculino e se expunha ao abuso sexual. Ao entrar na fábrica, ela enfrentava um beco sem saída – uma rotina monótona de trabalho e uma atividade semiqualificada. Para a maior parte das mulheres, a promessa de sucesso como uma administradora hábil e eficiente do lar deve ter sido muito mais atraente¹⁹.

A experiência específica das mulheres operárias argentinas conferiu-lhes o poder de assimilar, aceitar e “retrabalhar as imagens de feminilidade da classe média”. No caso das mulheres brasileiras, “a construção da feminilidade feita pela classe média não apenas tinha um grande apelo”, como também funcionava como elo para a “cultura da classe média”²⁰. Tanto que passaram a integrar cursos ofertados por empresas que visavam a qualificação da mão de obra feminina. Além disso, as mulheres operárias inscreviam-se em “cursos de artes domésticas financiados pelo setor industrial”. Aliavam-se a estes cursos, aqueles ofertados pelo Serviço Social da Indústria, ministrados por mulheres profissionais da classe média treinadas como assistentes sociais tanto quanto como instrutoras das artes domésticas²¹. Esses cursos funcionavam como locais nos quais as mulheres poderiam reunir-se com outras mulheres para o aprendizado de novos ofícios e a discussão de problemas comuns, além de participarem destes, enquanto fóruns de debate ou “local similar de sociabilidade”²².

Na Argentina peronista, vivia-se o apelo à permanência dos papéis de homens e mulheres nas famílias da classe operária. O que

Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010, p. 152.

¹⁹ WEINSTEIN, Bárbara, *Obra Citada*, p. 157.

²⁰ WEINSTEIN, Bárbara *idem*, p. 153.

²¹ WEINSTEIN, Bárbara *idem*, p. 153.

²² WEINSTEIN, Bárbara, *Ibidem*, p. 154.

se processou nessa época foi o clamor em um espaço social no qual os homens pudessem perceber salários tão altos que suas esposas e filhas não precisassem procurar o espaço extra lar como forma de colaboração para o aumento da renda familiar. O objetivo era manter o homem em seu espaço laboral/fábrica, pois assim este continuaria demonstrando seu valor e sua dignidade de homem. Presenciava-se uma Argentina na qual as esposas serviam para ficar em casa e criar os futuros cidadãos “fortes e viris peronistas”.²³

Embora o contexto de vida política de Evita Perón esteja enquadrado nos anos 1940²⁴, é certo que a mulher operária argentina buscou nela o seu modelo, projetando-se no tempo até as épocas mais atuais. Perón e Evita insistiam em que, se houvesse necessidade de as mulheres argentinas trabalharem fora do lar, então os seus salários deveriam ser, no mínimo, razoáveis e, acima de tudo, deveriam ter um tratamento decente, o que denota uma atualidade, se levados em consideração os objetivos da OIT.

Se no Brasil, na mesma época em que Evita foi expoente político feminino argentino, não foi verificado caso semelhante, naquele território eram evidenciadas ferrenhas críticas a Evita, de modo a ridicularizá-la enquanto estadista e mulher, mesmo quando as críticas eram às atitudes de Perón.²⁵

Quando Evita e Perón eram atacados ou ridicularizados por aquilo que fizeram ou disseram, apenas Evita era passível de ser criticada pessoalmente, no seu próprio corpo: pela forma como usava seu cabelo, pela falta de bom gosto e o custo das roupas que usava, pelo tamanho de seu tornozelo ou a artificialidade da cor de seu cabelo. Sua origem na classe baixa estava inscrita em seu corpo e roupas, assim como em seu discurso e ideologia. Isso se devia em parte ao fato dela ter uma origem mais humilde que Perón, cuja família não era rica, mas aspirava à respeitabilidade da classe média. Além disso, Perón seguiu um caminho perfeitamente convencional (e exclusivamente masculino) para ascender

²³WEINSTEIN, Bárbara. *Elas nem parecem operárias* – feminilidade e classe na América Latina no século XX. (Tradução de Regina Célia Lima Xavier, Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)). In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010.

²⁴WEINSTEIN, Bárbara. *Obra Citada*, p. 155.

²⁵WEINSTEIN, Bárbara. *Idem*, p. 155.

socialmente – a carreira militar. No caso de Evita, porta-vozes da burguesia igualavam a ilegitimidade de seu nascimento com sua presumida ilegitimidade como líder político²⁶.

Não é demais repetir que, ainda que pareça fora do contexto deste estudo em face da temporalidade, é de se notar que a ascensão da mulher operária, em especial da mulher argentina, era associada à imagem de Evita, já que ela ascendeu da classe pobre e a ela foi atribuída a utilização de diversos ardis (sexuais, inclusive, “quase a única possível para uma mulher trabalhadora pobre e sem recursos familiares”) para o favorecimento daquela ascensão. Assim, eram atribuídas a Evita a retribuição de favores sexuais a personalidades de sexo masculino e outros homens poderosos, como prova de que ela era uma prostituta que não tinha a mínima respeitabilidade²⁷. Fatores como coragem e, muitas vezes, ingenuidade foram esquecidos em relação a Evita, sendo somente atribuídos a Perón.

No governo Menem, na Argentina, iniciaram-se as mobilizações de mulheres por condições de vida e de trabalho mais favoráveis, já que o governo argentino à época, apoiou a mobilização feminina que deu origem ao *Consejo Nacional de la Mujer*, ao qual dedica-se especial atenção no subcapítulo 3.3 deste estudo, em especial com a fala da primeira presidente do referido conselho.

O movimento de mulheres pode, assim, ser visto como um campo de realização pessoal, ou como revolução ou, ainda, como atuação política, todas as situações trazendo tendências para as políticas direcionadas à causa da mulher:

- a) As que se insurgem contra as diversas manifestações concretas e específicas da exploração da mulher na vida social, tentando ultrapassar a discriminação para obter um estatuto de igualdade com os homens;
- b) As que julgam que, pelo fato de que o estatuto inferior e explorado das mulheres é a consequência das estruturas econômicas e sociais impostas pelo sistema capitalista, é inútil

²⁶ WEINSTEIN, Bárbara. *Elas nem parecem operárias* – feminilidade e classe na América Latina no século XX. (Tradução de Regina Célia Lima Xavier, Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)). In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010

²⁷ WEINSTEIN, Bárbara. *Obra Citada*, p. 159.

lutar pela igualdade dentro desse sistema; para elas, a libertação da mulher só virá depois duma transformação radical das relações sociais. Por conseguinte, este grupo prefere o compromisso ao lado das forças sociais mais exploradas e cuja ação visa precisamente essa transformação radical²⁸.

A tendência igualitarista de luta feminina parte da constatação de que a mulher é explorada socialmente e submetida a um estatuto inferior ao do homem. Nas relações trabalhistas, essa distinção resta evidente, já que, em muitos casos e como já referido, para atividades desempenhadas por homens e mulheres, estas percebem valores salariais mais reduzidos do que aqueles. O meio de se chegar a uma erradicação dessa espécie discriminatória é a organização das mulheres como grupo de pressão capaz de fazer valer os seus direitos em todos os espaços sociais.

A questão do trabalho da mulher, analisada sob a ótica anticapitalista, evidencia a opressão das mulheres como consequência direta da sociedade capitalista e, portanto, “a luta contra essa opressão não seria mais do que um aspecto da luta de classes para derrubar esta sociedade repressiva”²⁹. Nesse sentido, a mulher do lar é vista como parte do subproletariado, cuja história se confunde com a história da própria classe operária. Por essa razão, as mulheres operárias devem assumir o papel de vanguardistas na mobilização feminina, fazendo com que a emancipação exista para elas, mulheres, como também para todos os trabalhadores. Assume-se, então, a tese de que a não discriminação da mulher no trabalho passa, forçosamente, pela destruição das estruturas capitalistas, com a existência de um movimento genuinamente feminino. Mas seria isso perigoso? A resposta encontra raízes “no próprio interior das estruturas de transformação social (e laboral), no qual as mulheres são discriminadas e até mesmo confinadas em trabalhos subalternos”³⁰.

Como encontrar o ponto de neutralização?

A resposta a essa interrogação reside exatamente na existência

²⁸ OLIVEIRA, Rosiska de e CALAME, M. A libertação da mulher. In: *Cadernos livres*, n.9. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 17.

²⁹ OLIVEIRA e CALAME. *Obra Citada*, p. 19.

³⁰ OLIVEIRA e CALAME, *Idem*, p. 19.

de um movimento autônomo com características garantistas contra a repetição de fenômenos nos quais “as mulheres lutaram em pé de igualdade com os homens pelo triunfo revolucionário, sem que, todavia, a subversão da base econômica tenha dado lugar a uma verdadeira igualdade”³¹. Isso porque, os resquícios da sociedade patriarcal atrelam a mulher a seu esposo como propriedade privada e, entendendo-se como objeto possuído, a mulher atende a uma utilização especializada, preenchendo tarefas definidas por seu próprio estatuto na divisão do trabalho dentro do lar.

Do ponto de vista das relações entre a sociedade e o Estado e, em uma tentativa de contextualização, o chamado Estado Burocrático³², característico tanto na Argentina como no Brasil, pretendia “normalizar a economia e reimplantar a ordem, o que pressupõe a exclusão de um setor popular previamente ativado, o emprego da violência, a censura e, portanto, a supressão da democracia política”³³. Ainda mais: estas relações foram marcadas por situações de privatização do Estado, capitaneados por grandes interesses dominantes, especialmente no Brasil, em comparação com a Argentina, que geraram “problemas institucionais no curso do regime militar, tanto no Brasil como na Argentina”³⁴. Infere-se daí que o movimento de mulheres e sua ação no sentido de uma maior atuação profissional e política haveria de ser adiado, já que o contexto era o de exploração que relegava a mulher à situação de inferioridade.

Desse modo,

a eternização desta situação de exploração está fundada sobre um complexo de inferioridade que as mulheres aceitam e que as faz

³¹ OLIVEIRA, Rosiska de e CALAME, M. A libertação da mulher. In: *Cadernos livres*, n. 9. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976.

³² O regime militar brasileiro e o argentino foram conceituados por Guillermo O’Donnell como representantes de um tipo específico de Estado autoritário – o Estado burocrático, cuja abreviatura (BA) se tornou muito conhecida. O BA teria por objetivo último organizar a dominação de classe em favor das facções superiores de uma burguesia altamente oligopolista e transnacional (FAUSTO, Bóris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada* (1850-2002). Tradução de Sérgio Molina, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 395).

³³ FAUSTO e DEVOTO, *Obra Citada*, 2004, p. 395.

³⁴ FAUSTO e DEVOTO. 2004, *Idem*, p. 398.

sentirem-se seres inferiores, submetidos à autoridade do marido. Essa ideologização que começa no seio da família reforça-se ao longo do tempo no processo educativo, é reproduzida pelos meios de comunicação e sancionada pelo medo da repressão em caso de qualquer transgressão à autoridade do marido³⁵.

Essa engrenagem de dominação é, em verdade, o ponto que precisa, urgentemente, ser debatido e combatido, porque configura a verdadeira essência da sociedade capitalista industrial para a qual “os resíduos patriarcais não são apenas vistos como um obstáculo herdado do passado, mas antes como qualquer coisa funcionalmente ligada ao sistema”³⁶. Com esse pensar, pode-se afirmar que o movimento de libertação da mulher estaria a exigir uma nova situação social, o que poderia ser chamado de nova sociedade, divorciada do patriarcalismo. O movimento de mulheres contém uma espécie de revolta, por vezes contida, por vezes anunciada, mas que, em ambos os casos, repudia as relações sociais e interpessoais no modo em que se apresentam até hoje.

No entanto, essa situação parece não interferir no pensar/agir das mulheres intelectuais ou de classes sociais mais abastadas, para quem o movimento parece não interessar substancialmente. Para a parcela de mulheres que nunca demonstrou interesse político, o máximo seria a contestação da relação entre homens e mulheres, como produto de sociedades repressivas denotadas tanto no Brasil como na Argentina. Outra forma de mobilização feminina consistia na libertação individual, tentando unificar essa mobilização com o movimento de transformação para que fosse possível a vida plenamente humana e digna, com igualdade. O objetivo era, então, uma sociedade nova³⁷.

Nessa nova sociedade, estariam as mulheres a atuarem efetivamente em todas as searas, mas, especialmente, na laboral e política. Esse grito de liberdade foi ouvido tanto no Brasil como na

³⁵ FAUSTO, Bóris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução de Sérgio Molina, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 25.

³⁶ FAUSTO e DEVOTO. *Obra Citada*, 2004, p. 397.

³⁷ OLIVEIRA, Rosiska de e CALAME, M. A libertação da mulher. In: *Cadernos livres*, n.9. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 27.

Argentina, quando dezenas de mulheres líderes encabeçaram movimentos de libertação, quer na luta por direitos mínimos, quer na defesa por direitos políticos. Por fim, o movimento de mulheres reintroduz a interação e o condicionamento no sistema de relações humanas, concebendo-o como um processo que, ao desenvolver-se no cotidiano das pessoas, reflete-se, positivamente, no desenvolvimento dos espaços sociais nas quais estas pessoas se inserem.

Na Argentina, mantinha-se e ampliava-se a intervenção do Estado, propondo redução de gastos sociais em um Estado que se pretendia benfeitor. De outro lado, foram ampliados os recursos destinados a impulsionar a economia argentina, focando-se, sobretudo a grande empresa.³⁸ Ao longo da década de 1980, a chamada década perdida chegava para contribuir com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e da Argentina, o que provocou queda na renda *per capita*. Aliás, essa conformação foi sentida não só nos dois países, mas também em toda a América Latina, guardadas as peculiaridades de cada um dos países. Nesse contexto, a turbulência social e política foi o caldo de cultura para que movimentos sociais dos mais variados promovessem a necessidade de mudanças.

Importante para a questão enfocada nesta análise é o populismo, já que esse movimento interferiu na questão trabalhista de homens e mulheres no Brasil, influenciado pelos intelectuais paulistas, que “assumiam posições marxistas revolucionárias, recusando-se a servir ao ‘projeto burguês’ nacional-desenvolvimentista”³⁹. De outro lado, a intelectualidade carioca mostrou-se atuante diretamente na formulação de programas e na atuação governamental, já que havia uma forte união destes com o governo federal. Vale lembrar que, mais tarde, no Brasil, o movimento de 1964 desestruturava o sindicalismo populista, muito mais frágil do que o argentino, dependendo em maior ou menor grau dos favores governamentais.

³⁸ FAUSTO, Bóris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução de Sérgio Molina, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 408.

³⁹ FAUSTO e DEVOTO. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução de Sérgio Molina, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 428.

Na Argentina, a sobrevivência do peronismo e dos organismos sindicais ganharam força e continuaram a ganhar importância, embora vinculados a correntes diferentes com o passar do tempo. Convém lembrar que tais organismos não foram apenas aparelhos burocráticos e agiram de forma a manterem a representação da classe trabalhadora. O sindicalismo e o movimento operário foram, na Argentina, comparativamente ao Brasil, muito mais presentes na arena social e política, abrindo caminhos para o socialismo. Esse fato contribuiu para a continuidade do governo peronista, bem como para que, cada vez mais, fossem efetivadas buscas por apoios dos operários organizados. A diferença entre os dois países é que, no Brasil, essa classe adotou postura de maior autonomia em relação ao Estado.⁴⁰

Na continuidade da tentativa de comparação entre Brasil e Argentina, é providencial que haja referência à desaceleração da onda de prosperidade, iniciada após a 2ª Guerra Mundial, o que muito tem a ver com a irrupção de uma conjuntura, caracterizada como “mal-estar da civilização”, especialmente em relação à população mais jovem. Tanto é que esse período não é tido como o de uma revolução política, mas sim, como o de uma revolução cultural, denotada na liberdade sexual e, especialmente, na afirmação do movimento feminista⁴¹.

Também o envolvimento da Igreja na vida social começava a ser evidenciado de uma maneira bem mais aguda, sendo que, na Argentina, havia preocupação com a emergência de correntes renovadoras que denunciavam o advento de uma nova forma de modernismo. Enquanto isso, no Brasil, era criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), preocupando-se muito mais com a questão agrária do que com a questão feminina.

No raiar dos anos 1980, Argentina e Brasil enveredaram pelas trilhas que conduziam à democracia. Na Argentina, “a ‘marcha pela vida’ promovida pelas Mães da *Plaza de Mayo*, bem como o desfecho de greves elevava a um patamar de maior importância, a

⁴⁰ FAUSTO e DEVOTO. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada* (1850-2002). Tradução de Sérgio Molina, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 430.

⁴¹ FAUSTO e DEVOTO. *Obra Citada*, 2004, p. 436.

questão sindical, entre 1982 e 1983”⁴². Essa época, efetivamente, nos dois países, constituiu o marco definidor da luta da mulher, especialmente no que tange à causa trabalhista feminina.

Politicamente, na Argentina, os partidos políticos ressurgiram revigorados, a tal ponto que um a cada três eleitores era membro de um partido político. Enquanto isso, no Brasil, aparecia o Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola, que havia assumido o trabalhismo de Getúlio Vargas. Na mesma época, nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT), representando o que era almejado por muitos, especialmente a corrente do novo sindicalismo, bem como a classe intelectual da classe média.⁴³

3 CONEXÕES ENTRE AÇÃO COLETIVA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS DE GÊNERO NO BRASIL

As mulheres participam do desenvolvimento socioeconômico brasileiro por diferentes vias, principalmente através das duas mais regulares: o trabalho doméstico e as atividades dedicadas ao mercado econômico. Esta participação vem sendo condicionada à conjuntura econômica e à estrutura produtiva brasileira, assim como por sua condição específica de gênero. Ocorre, porém, que esta participação nem sempre é visível, como acontece com a grande maioria das mulheres que vivem em países da América Latina.

A presença das mulheres no desenvolvimento do Brasil somente ganha visibilidade quando é considerada como atividade econômica, na qualidade de assalariada ou de acordo com atividade comercial autônoma⁴⁴. Em verdade, uma parcela apreciável da população feminina tem trabalhado no mercado econômico desde que o Brasil foi descoberto e tornado Colônia. Nos últimos 40 anos, esta condição vem sendo demonstrada de forma visível, na medida em que as mulheres vêm se ocupando como assalariadas e, com isso,

⁴² FAUSTO e DEVOTO. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução de Sérgio Molina, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 441.

⁴³ FAUSTO e DEVOTO. *Idem*, p.440-1.

⁴⁴ FLACSO. Pesquisas FLACSO. Disponível em:

<<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/brasil/trab.htm>> Acesso em: 11 dez 2009.

umentando sua atividade mercantil. Esse processo vem acompanhado de variações culturais que contribuem para evidenciar os registros da atividade econômica feminina⁴⁵.

*El crecimiento de la fuerza laboral femenina brasileira ha sido también uno de los más altos del subcontinente: durante los años de salto económico prácticamente se duplicó, pasando de unos 7 millones, en 1970 a cerca de 14 millones de mujeres activas en el mercado del trabajo, en 1980. Aunque ese ritmo disminuyó durante la crisis de los años ochenta, se estima que esa cantidad se acerca a los 25 millones al iniciarse la década de los noventa*⁴⁶.

Desde a década de 1990, as mulheres têm lutado pela existência de um órgão maior, que as represente junto ao Estado brasileiro, capaz de figurar no mais alto nível governamental, e com força de formular e implementar políticas de proteção às mulheres assim como o monitoramento dos direitos que lhe são próprios. Esta estratégia desejava “colocar na sua direção Ruth Escobar, líder feminista nascida em Portugal e que por razões legais associadas a sua nacionalidade, não poderia exercer o título de Ministra”⁴⁷.

Nessa fase, o feminismo no Brasil representava um dos mais importantes referenciais da América do Sul, já que, na região, era a primeira vez que

feministas autônomas – no sentido de atuar a partir de uma identidade coletiva sem subordinar-se aos partidos políticos – ocupavam os espaços público-estatais para propor, formular e executar políticas inspiradas na visão feminista e desenvolveram estratégias de ação positiva em benefício da igualdade entre homens e mulheres⁴⁸.

⁴⁵ FLACSO. Pesquisas FLACSO. Disponível em: <<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/brasil/trab.htm>> Acesso em: 11 dez 2009.

⁴⁶ FLACSO. Pesquisas FLACSO. Disponível em: <<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/brasil/trab.htm>> Acesso em: 11 dez 2009.

⁴⁷ História ratificada pela própria Ruth Escobar em setembro de 2002 na Tenda das Sábias, convocada em Brasília pela SEDIM para discutir o futuro da Secretaria.

⁴⁸ MONTAÑO, Sônia; Pitanguy, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003, p. 9.

Dentre as negociações realizadas junto aos partidos políticos, a de maior relevância foi a “inclusão das reivindicações feministas na reforma constitucional de 1988”. Essa iniciativa por parte de mulheres atuantes, tais como Jacqueline Pitanguy, Eva Blay, Tereza Lobo, foi responsável pela redação de dispositivos relativos à proteção dos direitos da mulher naquela que seria chamada mais tarde, de Constituição cidadã, de modo que funcionou como “testemunho da versão feminista da ‘imaginação ao poder’”, traduzido no lema “Chegamos e Ganhamos”⁴⁹.

As demandas sociais em matéria de direitos, incluindo os sexuais e reprodutivos que percorriam a região e que haviam gerado os mais variados e poderosos movimentos de reconhecimento do corpo e da identidade de gênero, desafiavam as formas até então conhecidas de fazer política⁵⁰.

Ao movimento feminista brasileiro são atribuídos “traços democráticos inéditos, capacidade criativa e inspiração em muitas das formas de combate à discriminação de gênero”, dentre eles a constitucionalidade dos direitos da mulher, “a institucionalização da voz da sociedade civil no diálogo com o Estado e um reconhecimento à vitalidade de um movimento que atuava no Estado”⁵¹. Do mesmo modo, não havia nenhuma dúvida quanto a ser o CNM articulado com o movimento internacional de mulheres, como também, de que o Conselho criava relações entre militantes que objetivavam sua entrada no Estado, para converterem essas demandas em políticas públicas para as mulheres. Conforme Jacqueline Pitanguy, “o Brasil estava em uma situação privilegiada para liderar posições de mudança graças ao âmbito constitucional que legitimava a defesa dos direitos da mulher, incluindo os direitos reprodutivos”⁵².

⁴⁹ MONTAÑO et. all., *Obra Citada*, p. 9.

⁵⁰ MONTAÑO et. all., *Idem*, p. 9-10.

⁵¹ MONTAÑO et. all., *Idem Ibidem*, p. 13.

⁵² MONTAÑO, Sônia; Pitanguy, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: *Série Mujer y Desarrollo*. Santiago do Chile, 2003, p. 12.

Em 1982, com a reorganização da oposição e sua vitória nas eleições para governos estaduais em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o movimento de mulheres demanda a criação de espaços institucionais no interior destes governos para desenvolver políticas voltadas especificamente para a mulher. Surgem assim o Conselho da Condição Feminina em São Paulo, no governo de Franco Montoro, e o Conselho dos Direitos da Mulher em Minas Gerais, no governo de Tancredo Neves⁵³.

Com a mobilização conhecida como Diretas Já, também o movimento de mulheres discutia sobre a “pertinência da criação de um órgão no governo federal que desenvolvesse políticas públicas para melhorar a condição da mulher”, por meio da propositura de nova legislação, de novos programas e projetos específicos, requerendo, inclusive, dotações orçamentárias para tais medidas. Com o falecimento de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, os propósitos foram renovados e, em agosto de 1985, o Congresso Nacional criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, referendado pela Lei No. 7.353, daquele ano⁵⁴. Dois anos após, 1987, as organizações da sociedade civil, ONGs e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) juntaram-se para defender direitos civis iguais para gênero que se tornou conhecido como o *lobby* do batom⁵⁵.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido por Jaqueline Pitanguy, sofreu grande impasse, já que o Governo Sarney não aceitava a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o que gerou a renúncia da presidente do Conselho. Em ato contínuo, “houve a desvinculação do CNDM da esfera governamental” e também a redução ainda maior da atuação do Conselho no Governo Collor, já em 1990.⁵⁶

O modelo brasileiro foi referência internacional no âmbito do diálogo com o Estado, especialmente pela dimensão participativa dos

⁵³PITANGUY, Jacqueline. *As Mulheres e a Constituição de 1988*. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010, p. 1.

⁵⁴PITANGUY, Jacqueline, *Obra Citada*, 2010, p. 1.

⁵⁵MONTAÑO, et.all., *Obra Citada*, 2003, p. 12.

⁵⁶MONTAÑO, et.all., *Idem*, 2003, p. 12.

movimentos de mulheres. Falhou, segundo a literatura⁵⁷, contudo, no modelo de gestão perante o Estado, o que significa afirmar que seria necessário aprofundar as análises acerca da institucionalização do movimento. Ainda que com pontos positivos, o Conselho foi substituído pelo modelo espanhol, o chamado Instituto da Mulher, que influenciou, também, o Chile e toda a América Central no âmbito das políticas de gênero.

Já a partir do ano 2000, o governo brasileiro realizou o chamado Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II). O Plano II mobilizou aproximadamente 200 mil mulheres brasileiras para as conferências em níveis municipal e estadual e expressou a vontade do governo federal da época em proporcionar a igualdade entre homens e mulheres no Brasil. Estes Planos apresentam princípios, tais como a igualdade e o respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social. Também os dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres estabeleceram inúmeras metas, relativas a diversos setores⁵⁸.

Esses dois Planos evidenciaram inúmeros objetivos importantes para a causa das mulheres, tais como:

- Adotar medidas que promovam a elevação em 4% na taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais, entre 2006 e 2011;
- Manter a média nacional em, no mínimo, 50% de participação das mulheres no total de trabalhadores capacitados e qualificados atendidos pelo Plano Nacional
- de Qualificação (PNQ) e nos convênios do MTE com entidades que desenvolvam formação profissional;
- Capacitar 12.000 mulheres no âmbito do Plano Trabalho Doméstico Cidadão e articular para sua incorporação na Educação de Jovens e Adultos;
- Aumentar em 30% o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada;

⁵⁷MONTAÑO, Sônia; Pitanguy, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003, p. 13.

⁵⁸BRASIL. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm>>. Acesso em: 02 mar 2011.

- Conceder crédito especial (Pronaf Mulher) a 58 mil mulheres trabalhadoras rurais, no período de 2008 a 2011;
- Ampliar a participação das mulheres no Pronaf para 35%;
- Atender 29 mil mulheres em projetos de Assistência Técnica protagonizada por mulheres até 2011;
- Realizar 1.500 mutirões do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, no período de 2008 a 2011;
- Emitir documentação civil para 80.000 mulheres nas áreas dos entornos dos empreendimentos dos setores elétrico, energético e mineral, em todo o território nacional (...)⁵⁹.

Também a implementação da Convenção 156⁶⁰, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), representou medida de grande importância na consolidação das ações feministas em prol da mulher brasileira. Nesse sentido, destaca-se a intensidade e a constância do crescimento da atividade feminina, mesmo após os incidentes com relação ao CNM, já que os indicadores revelavam no período de 1993 a 2005 que a População Economicamente Ativa (PEA) “passava de 28 para 41,7 milhões e a percentagem de mulheres no conjunto dos trabalhadores foi de 39,6 % para 43,5%”⁶¹. Isto quer dizer que “mais de metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho em 2005 e que mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino, na mesma data”⁶².

⁵⁹ Marcos da trajetória de luta da Mulher. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/espanhol/mundo.html>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

⁶⁰ A Convenção n.º 156 da OIT dispõe sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores dos dois Sexos: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares. Disponível no site da OIT/Brasil: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2010.

⁶¹ BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Fundação Carlos Chagas (FCC), Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. Texto preparado para apresentação no Seminário Internacional Gênero e Trabalho, na Fundação Carlos Chagas – Mage/FCC –, realizado no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), de 2 a 12 de abril de 2007. Colaboração de Cristiano Miglioranza e Arlene Martinez Ricoldi, assistentes de pesquisa da FCC. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 539.

⁶² BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Fundação Carlos Chagas (FCC), Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. Texto preparado para apresentação no Seminário Internacional Gênero e Trabalho, na Fundação Carlos Chagas – Mage/FCC –, realizado no Brasil (São

De qualquer modo, é importante frisar que, no Brasil, a semente plantada desde o advento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher germinou no primeiro Governo Lula, com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, atualmente denominada de Secretaria Especial de Políticas para a Mulher (SEPPM). Esta Secretaria Especial nasceu de uma Medida Provisória que se converteu na Lei Nº 10.539, de setembro de 2002, oportunizando debates sobre a questão da mulher em um contexto democrático na arena de poder, constituindo-se em parte da história política das mulheres brasileiras. Este órgão gestor de políticas para a mulher brasileira concentra a necessidade de se manter sustentável ante a governabilidade, já que “a sustentabilidade de um órgão ou de um programa tem efeitos positivos ou negativos sobre a governabilidade e vice-versa”⁶³. Pode-se afirmar, então, que “a sustentabilidade de um órgão com atribuições de lutar contra as desigualdades de gênero afeta a governabilidade, ampliando as bases de sustentação de uma agenda governamental democrática e igualitária”⁶⁴.

Um órgão governamental como a SEPPM necessita estabelecer claramente os seus objetivos, sua missão para ampliar sua legitimidade institucional, no sentido de sua própria expansão para as articulações otimizadoras (dentro e fora do governo) que precisa efetivar para sua própria subsistência. Isso facilita a manutenção e qualificação dos quadros da instituição, de forma que possam estabelecer interrelações com outras instituições para o desenvolvimento de políticas públicas de sua incumbência⁶⁵.

Existe uma relação circular entre a sustentabilidade financeira, sobre a qual se assenta a possibilidade de atuação do órgão, e a sustentabilidade institucional que confere legitimidade ao órgão e constitui, por sua vez, o pilar de um projeto de sustentabilidade financeira⁶⁶.

Paulo e Rio de Janeiro), de 2 a 12 de abril de 2007. Colaboração de Cristiano Miglioranza e Arlene Martinez Ricoldi, assistentes de pesquisa da FCC. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 539.

⁶³ MONTAÑO, Sônia; Pitanguy, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003, p. 24.

⁶⁴ Idem, p. 24-5.

⁶⁵ MONTAÑO, et.all. obra Citada, 2003, p. 24.

⁶⁶ MONTAÑO, Sônia; Pitanguy, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003, p. 25.

Na verdade, uma instituição como a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, do governo brasileiro, é regida por processos cíclicos e dinâmicos que se sujeitam a mudanças conforme as conjunturas que vão se apresentando ao longo do tempo, razão pela qual os projetos desenvolvidos também são diversificados.

4 CONEXÕES ENTRE AÇÃO COLETIVA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS DE GÊNERO NA ARGENTINA

A vigência da democracia na Argentina e a recuperação do Estado de Direito permitiram que as mulheres vivenciassem novas etapas e importantes avanços na obtenção de seus direitos plenos. Diversas convenções internacionais foram aprovadas pela via legislativa e passaram a fazer parte do ordenamento jurídico do País, sem dúvida, como fruto da intensa mobilização feminina⁶⁷.

No processo de democratização do Estado na sociedade argentina, que teve início no ano de 1983, a temática da mulher foi uma das novidades e a Argentina abriu-se aos novos avanços do feminismo latino-americano, bem como aos organismos internacionais que tratavam da causa da mulher. Nesse contexto, observou-se a modernização da legislação civil, com a aprovação do direito ao divórcio, com o direito à *patria potestad compartida*, entre outras modificações, tais como a criação de organismos governamentais como a *Subsecretaría de la Mujer*. Paralelamente, aconteceu a construção de uma modalidade de organização voltada à ação das mulheres, sob a forma de *Encuentros Nacionales de Mujeres*, culminando com a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

*Este espacio llamado 'Movimiento de Mujeres' si bien considero que no alcanzó a constituirse como actor político, por su inorganicidad, su escasa interpelación al Estado y a la sociedad, si se transformó en un verdadero espacio de socialización que convocaba cada vez a más mujeres*⁶⁸.

⁶⁷ ARGENTINA. Consejo Nacional de La Mujer. *La legislación argentina y La Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra La Mujer*. Disponível em: www.cnm.gov.ar. Acesso em 7 jul 2011.

⁶⁸ FRANGANILLO, Virginia. Entrevista de 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR, p. 1.

Por outro lado, cresceu, de modo paulatino, a visibilidade e a consciência pública sobre as mulheres e, com ela, contribuíram tanto os avanços logrados pelo Estado, “*como las luchas de las mujeres organizadas a lo que se sumaron los aportes de los Estudios de la Mujer que, ya a fines de los 80, se institucionalizan como post grado en el ámbito académico*”⁶⁹.

Em verdade, na proposta de um modelo de política institucional para a mulher, foram as mulheres peronistas as que detiveram a responsabilidade maior dessa tarefa, pois estavam, no presente, gerando o futuro, já que as ações daquele momento seriam levadas a efeito no futuro governo. Criava-se, então, o *Consejo Nacional de La Mujer (CNM)* “*como proyecto que fue promovido por mujeres peronistas con historia en la tematica de la mujer y que fue consensuado con mujeres de distintos sectores*”⁷⁰. O CNM foi criado durante a administração do justicialista Carlos Menem, em 1992, por meio do Decreto Presidencial N° 1.426.

Na Argentina, o início das atividades para a formação do *Consejo Nacional de la Mujer* deu-se por iniciativa de Virginia Franganillo, que era militante/ativista do movimento feminista argentino, sendo representante internacional na Argentina de um movimento em prol das pessoas exiladas, prestando assistência a presos políticos e que também trabalhava a questão de gênero. Todas as decisões foram tomadas sob a coordenação de Virginia Franganillo e tiveram influência da Espanha, principalmente. A entrevistada recorda que, além das influências peronistas, também quem chegava do exílio pela abertura concedida aos presos políticos, imprimia sua visão de luta por direitos⁷¹.

De modo que, quando se chegou aos anos 1990, já havia uma vinculação também estreita entre os partidos políticos, o movimento feminista, a academia e as organizações governamentais. A partir disso, o que se viu foi a militância do movimento de mulheres junto às equipes técnicas (burocracias) por toda a Argentina, buscando, também, intercâmbios com as mulheres espanholas e brasileiras,

⁶⁹ FRANGANILLO, Virginia. Entrevista citada, 2011.

⁷⁰ FRANGANILLO, Virginia. Entrevista de 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR, p. 2.

⁷¹FRANGANILLO, Virginia. Entrevista de 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR, p. 1.

especialmente. Houve grande aprendizado com as estrangeiras, mas, evidentemente, as experiências nacionais argentinas tiveram importância vital⁷².

É importante salientar que foi relevante, também, a experiência argentina no governo Alfonsín, a partir de 1987, especialmente com o *Ministério del Desarrollo Social*, havendo a necessidade de hierarquização e o direito à inclusão. Por outro lado, criou-se no governo da província de Buenos Aires outro Conselho Provincial, baseado na política brasileira de Tancredo Neves. O processo de criação do *Consejo Nacional de la Mujer* durou quase um ano e, depois, houve a propositura de transformá-lo em Ministério. Isso aconteceu durante toda a década de 1990 e culminou com a criação da *Secretaria de la Función Pública*, chegando-se a uma rede estadual, que estabeleceu uma vinculação com as áreas de todas as Províncias da Argentina, “formando redes com as mulheres que exerciam cargos em órgãos governamentais e mulheres que militavam nos partidos políticos. Enfim, com mulheres que executavam funções públicas institucionais”⁷³, que elegeram Virgínia Franganillo (entrevistada) para a Presidência do Conselho.

O *Consejo Nacional de la Mujer* foi criado no ano de 1982 pelo Decreto Presidencial Nº 1426, como um espaço governamental responsável pelo cumprimento da CEDAW na Argentina, ratificado pela *Ley 23.1279* e, portanto, com autorização constitucional, como responsável pela propositura, implementação e avaliação de políticas igualitárias de oportunidades para homens e mulheres. Seu propósito fundamental era (e é) promover uma transformação sociocultural, com a participação das mulheres na vida social, política, econômica e cultural.

A primeira atividade do *Consejo Nacional de La Mujer (CNM)* foi, então, preocupar-se com a implementação de políticas públicas para mulheres, algo parecido com o que aconteceu no Brasil. Construiu-se o CNM como um organismo no interior do governo e foi a primeira experiência argentina de política pública

⁷² FRANGANILLO, Virgínia. Entrevista de 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR, p. 1.

⁷³ FRANGANILLO, Virgínia. Entrevista de 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR, p. 2.

transformada em organismo, que viveu muito acima do que se havia visto na Argentina até então⁷⁴.

A partir de 2003, o CNM implementou o *Programa Nacional Mujer, Equidad y Trabajo* com o objetivo de promover e efetivar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho, dentro de um Plano chamado *Plan Jefes y Jefas de Hogar*.

El mismo consiste en dos momentos de formación: El primero está dirigido a las facilitadoras de las áreas de mujer (Provinciales y municipales) y/o de otras organizaciones, mientras que el segundo se focaliza en mujeres de distintos contextos (econômicos, productivos, sociales, culturales y étnicos) de áreas rurales y urbanas del país.

Diversas são as áreas de intervenção do *Consejo Nacional de la Mujer (CNM)*, dentre elas aquela que reconhece que, apesar do aumento da participação feminina no mercado global, esta participação é produzida em um marco de desigualdade de condições em relação aos homens. Também reconhece que as mulheres que trabalham ou que desejam trabalhar vivem situação de dupla (se não tripla) responsabilidade, o que provoca uma série de conflitos para seu desenvolvimento pessoal e profissional⁷⁵.

Por isso, desde sua criação, o CNM desenvolveu uma série de programas e acordos com o MTEySS⁷⁶, como por exemplo, o Programa de Igualdad de Oportunidades para la Mujer (PIOME), Programa de Igualdad de Oportunidades para las Mujeres en el Desarrollo Económico, Convenio Marco para la cooperación interinstitucional y la prestación de asistencia técnica entre el CNM y el MTEySS, Plan de Igualdad de Oportunidades entre Varones y

⁷⁴FRANGANILLO, Virginia. Entrevista de 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR, p. 3.

⁷⁵ LUPICA, Karina. (OIT. *Organização Internacional do Trabalho*. Programa Regional de Género y Trabajo Decente). Trabajo decente y corresponsabilidad de los ciudadanos en Argentina, 2010, p. 113.

⁷⁶ ARGENTINA. *Ministério de Trabajo, Empleo y Seguridad Social y CTIO (Comisión Tripartita de Trato y Oportunidades entre Varones y Mujeres en el Mundo Laboral)*. (Autoridades y Colaboraciones de TOMADA, Carlos A.; RIAL, Noemi; CIARAVINO, Norberto; HAMMAR, Olga Martín de.), sem ano, p. 12.

Mujeres en el Mundo Laboral, entre otros.

O grande evento impulsionador/potencializador do *Consejo Nacional de la Mujer*, na Argentina, foi a *Lei de Cupo* (Anexo E), que permitiu revelar a temática MUJER como de opinião pública, o que até esse momento não havia ainda, se considerados tanto os termos práticos como os termos simbólicos, constituindo-se em política audaz para a agenda da mulher na Argentina, o que, evidentemente, foi uma das vitórias do Conselho. Também contribuíram para o sucesso do CNM, assim como a Lei contra a violência, os *lobbys* para conseguir apoio na votação das leis, a participação política das mulheres, as formas de garantir a não discriminação no emprego, bem como a promoção de diversas outras políticas. Havia, também, a questão simbólica que foi muito importante e que conferiu muito mais respeito às mulheres argentinas de todas as classes sociais⁷⁷.

Tomou-se como bandeira os programas de igualdade e construiu-se a agenda no sentido de acordos políticos, cujo tema-chave operava-se da seguinte maneira: o *Consejo Coordinador de Políticas Públicas*, com um *Diretório* constituído, um *Consejo federal*. Havia uma rede '*experta*' que tratava das temáticas e das sistemáticas a serem estudadas⁷⁸.

No primeiro ano de funcionamento do *Consejo Nacional de La Mujer* foi criada uma Comissão de assessoramento aos partidos políticos e foi essa comissão uma das grandes responsáveis pela criação da *Lei de Cupo Femenino*, que será objeto de outro estudo.

5 CONCLUSÃO

A causa da mulher foi defendida tanto no Brasil como na Argentina, em trajetórias semelhantes, com algumas influências de países do Velho Mundo, como Espanha e França, especialmente. Os modelos de lá sofreram os necessários ajustes aqui, para que a luta fosse adequada a esses dois países da América Latina.

⁷⁷ FRANGANILLO, Virginia. Entrevista de 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR, p. 3-4.

⁷⁸ Idem, p. 5.

Os pontos originários da luta feminina por melhores condições no trabalho foram provocados, grandemente, pela Revolução Industrial, que buscou o trabalho feminino nas fábricas, promovendo um acúmulo de jornadas, já que o cuidado com o lar e com os filhos foi direcionado à mulher, que adicionou ao trabalho do lar aquele agora desempenhado nas plantas fabris da época. O contexto da Guerra afastou do lar a figura do varão, arrimo de família, obrigando a mulher a buscar o sustento fora do lar (na grande maioria dos casos), desempenhando funções de forma precária.

Historicamente, tem-se para a mulher o caminho avesso ao do homem nas relações laborais, configurando-se situação de disparidades evidentes, corroboradas pelas pesquisas apresentadas ao longo desta tese, no sentido de evidenciar que a mulher percebe salários inferiores aos dos homens para as mesmas funções. Perceber essas disparidades e apresentar tentativas de soluções para que elas sejam dissipadas, bem como evidenciar a luta da mulher por melhores condições laborais foram os objetivos do estudo, não se olvidando de elucidar as mobilizações das feministas tanto brasileiras como argentinas, sua insurreição, suas lutas, suas vitórias e também as suas derrotas.

As políticas públicas de gênero à época da análise existiram, tanto que o *Consejo Nacional de la Mujer*, na Argentina, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Brasil, deram conta das primeiras mobilizações nestes países, capitaneadas por mulheres de renome e comprometidas com a causa. Lamentavelmente, as duas tentativas que tiveram nascedouro brilhante, restaram enfraquecidas por questões políticas. No entanto, denota-se da atuação feminina nos diversos setores sociais, em ambos os países, a luta pela igualdade laboral, consubstanciadas em movimentos sociais legítimos.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Consejo Nacional de La Mujer. *La legislación argentina y La Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra La Mujer*. Disponível em: www.cnm.gov.ar. Acesso em 7 jul 2011.

ARGENTINA. *Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social y CTIO*

(*Comisión Tripartita de Trato y Oportunidades entre Varones y Mujeres en el Mundo Laboral*). (Autoridades y Colaboraciones de TOMADA, Carlos A.; RIAL, Noemi; CIARAVINO, Norberto; HAMMAR, Olga Martín de.), sem ano, p. 12.

BRASIL. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm>>. Acesso em: 02 mar 2011.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Fundação Carlos Chagas (FCC), Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. Texto preparado para apresentação no Seminário Internacional Gênero e Trabalho, na Fundação Carlos Chagas – Mage/FCC –, realizado no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), de 2 a 12 de abril de 2007. Colaboração de Cristiano Miglioranza e Arlene Martinez Ricoldi, assistentes de pesquisa da FCC. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 539.

FAUSTO, Bóris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução de Sérgio Molina, São Paulo: Editora 34, 2004, p. 397.

FRANGANILLO, Virginia. Entrevista sobre o *Consejo Nacional de la Mujer*. 28 de março de 2011, às 15h30 min, em Buenos Aires/ AR.

INGLEHARDT, Ronald. *Modernización y Pós-modernización: El cambio cultural, económico y político em 43 sociedades*. Madrid: CIS – Siglo XXI, 1998.

LUPICA, Karina. (OIT. *Organização Internacional do Trabalho*. Programa Regional de Género y Trabajo Decente). Trabajo decente y corresponsabilidad de los ciudadanos en Argentina. 2010, p. 113.

MONTAÑO, Sônia; Pitanguy, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003.

OIT/Brasil: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2010.

OLIVEIRA, Rosiska de e CALAME, M. A libertação da mulher. In: *Cadernos livres*, n.9. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 5/6.

PITANGUY, Jacqueline. *As Mulheres e a Constituição de 1988*. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010, p. 1.

SEM AUTOR. Marcos da trajetória de luta da Mulher. Disponível em:

<<http://www.redemulher.org.br/espanhol/mundo.html>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

WEINSTEIN, Bárbara. *Elas nem parecem operárias” – feminilidade e classe na América Latina no século XX*. (Tradução de Regina Célia Lima Xavier, Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)). In: Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010, p. 152.

Josirene Candido Londero
Carlos André Hüning Birnfeld
(Organizadores)

**DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS:
contributo interdisciplinar para a redefinição
das garantias de efetividade**



Rio Grande
2013

© Josirene Candido Londero e Carlos André Hüning Birnfeld

2013

Capa: Liane Viegas Domingues

Formatação e diagramação:

João Balansin

Gilmar Torchelsen

D597d Direitos sociais fundamentais: contributo
interdisciplinar para a redefinição das
garantias de efetividade / Organizadores
Josirene Candido Londero e Carlos André
Hüning Birnfeld - Rio Grande : Editora da
FURG, 2013.
276p ; 21 cm

ISBN 978-85-7566-284-7

1. Direito social 2. Educação ambiental I.
Londero, Josirene Cândido. II. Carlos André,
Hüning Birnfeld Philippe

CDU 349.6

SUMÁRIO

Apresentação	7
Josirene Candido Londero Carlos André Hüning Birnfeld	
Algumas perspectivas para a construção de uma Teoria Geral do Direito Marxista	15
Carlos André Hüning Birnfeld	
Políticas públicas de proteção aos direitos fundamentais: caminhos e descaminhos sob o olhar da metateoria do direito fraterno	25
Janaína Machado Sturza	
Pensar a cidadania em Hannah Arendt: direito a ter direitos . Cláudia Carneiro Peixoto	51
Anderson Orestes Cavalcante Lobato	
Sinal vermelho: os limites da noção de cidadania e potencialidade dos diferentes	71
Ronaldo Sergio da Silva	
Ampliando o conceito de cidadania para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva: em busca de políticas garantidoras dos Direitos Fundamentais	91
Anna Paula Bagetti Zeifert Aline Andrighetto	
Os movimentos de mulheres e a agenda de políticas públicas de gênero no Brasil e na Argentina	117
Josirene Candido Londero	

A defesa da dignidade e bem-estar do idoso diante das inovações da Constituição federal e Estatuto do Idoso	147
Débora Teixeira Gottert	
Eloisa de Andrade Argerich	
A Constituição de 1988, os Direitos Humanos e a Bioética .	
Claudine Rodembusch Rocha	175
Milton Schmitt Coelho	
Os Precatórios: o Supremo Tribunal Federal e a problemática da efetividade do Direito do credor	201
João Antônio Dalla Rosa dos Santos	
Drogas, direitos e discursos públicos: inquietações com relação às modalidades de internação de pessoas que fazem uso de <i>crack</i>	219
Adriane Roso	
Direitos Humanos: um olhar para a identidade, alteridade e novas concepções de cultura	245
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	
Aline Luciane Lopes Rangel	